

As terras de quilombos

são territórios étnico-raciais com ocupação coletiva baseada na ancestralidade, no parentesco e em tradições culturais próprias. Elas expressam a resistência a diferentes formas de dominação e a sua regularização fundiária está garantida pela Constituição Federal de 1988.

O Decreto 4.887/2003 define que o INCRA é o órgão federal responsável pela titulação dos quilombos, com competência concorrente do Distrito Federal, estados e municípios. Para fins de regularização fundiária, o INCRA elabora Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTID) que reúnem informações fundiárias e cadastrais das famílias, bem como a caracterização antropológica, histórica, econômica e ambiental da área quilombola. Esse trabalho tem gerado um grande acervo de dados, registrando de maneira inédita um arcabouço de manifestações e características dos quilombos nos períodos escravocrata e pós-escravocrata.

O objetivo da parceria entre INCRA, NEAD (SEAD) e UFMG é sistematizar e dar publicidade às informações contidas nos RTIDs, em muitos casos ignoradas pela historiografia oficial. Esse material, registrado no âmbito dos processos administrativos do INCRA, foi transposto para uma linguagem acessível, com o apoio de diversos colaboradores, destacando-se os autores das etnografias dos RTIDs. Os livretos trazem também depoimentos dos próprios quilombolas. Eles testemunham a continuidade de uma luta fortalecida pela esperança de que o conhecimento de sua história garanta finalmente a compreensão da legitimidade de seu pleito pela titulação.

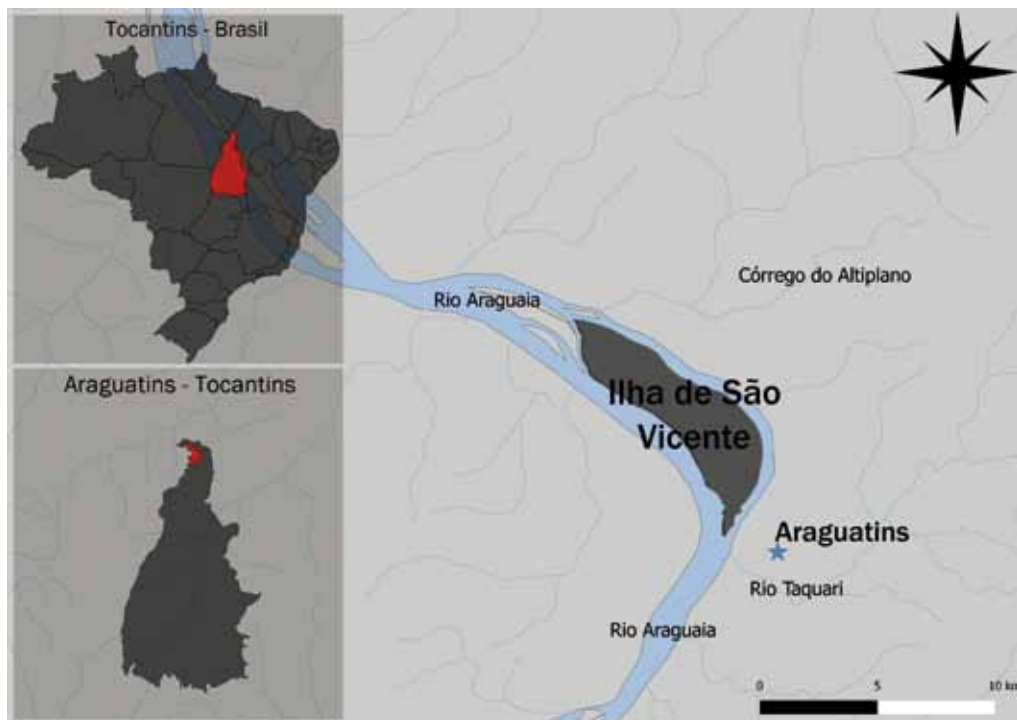
A publicação dos livretos visa, assim, a contribuir para o reconhecimento das comunidades quilombolas, estimulando a difusão de informações qualificadas sobre elas. Reunidas nesta Coleção, as histórias de resistência quilombola agora podem ser conhecidas mutuamente pelos quilombolas das diversas regiões do país. Espera-se também que este material forneça a gestores públicos, educadores, pesquisadores e demais interessados informações acessíveis sobre essas comunidades.



Comunidade Quilombola Ilha São Vicente

A Comunidade Quilombola Ilha São Vicente leva o nome da ilha onde está localizada, no Rio Araguaia, integrando o município de Araguaatins, norte do estado do Tocantins, na microrregião denominada Bico do Papagaio. A ilha está situada a cerca de 600 quilômetros da capital do estado, e aproximadamente a 20 minutos do Porto de Araguaatins. É inteiramente limitada pelo rio Araguaia, acessível por meio de embarcações. O ambiente natural é caracterizado como área de transição entre a Floresta Amazônica e o Cerrado.

Em 2014, a comunidade quilombola era composta por 48 famílias cujo território tradicional, formado desde o final do século 19, foi definido em 2.502,0437 hectares. Mas a ilha também foi ocupada por





Desenho da Ilha São Vicente destacando a área da Comunidade quilombola e as outras propriedades dos não quilombolas.

Foto de Marcio Catelan/INCRA, abril de 2014

não quilombolas e, com o tempo, o território passou a ser disputado com esses outros moradores. Um dos momentos mais marcantes dessa disputa resultou na emissão de uma ordem judicial, no ano de 2010, que obrigou os quilombolas a limitarem sua vida na ilha a uma área de 32,574 hectares.

Através de muita luta e da solidariedade de amigos e parentes, pouco tempo depois de sua mobilização pelo direito de retomada do território, a comunidade recebeu sua certidão de autodefinição como quilombola pela Fundação Cultural Palmares (FCP), ainda em 2010. A delimitação do território reivindicado foi feita por uma equipe do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e o relatório foi publicado em 2015.

Nas margens do Rio Araguaia

A formação da Comunidade Quilombola Ilha São Vicente aconteceu a partir do estabelecimento de duas famílias formadas por oito escravizados que foram levados para a ilha por volta de 1868, provenientes de Carolina, no Maranhão, como pagamento de uma dívida do fazendeiro escravagista. Depois de 1888, foram estimulados a se estabelecerem na ilha, pelo dono das terras da nova região onde trabalharam escravizados. Cada família foi morar nas proximidades de

uma das margens do Rio Araguaia. Seu estabelecimento na ilha foi a oportunidade para a reconstrução de suas vidas, com acesso a uma terra onde poderiam fazer roças e viver. Com o passar do tempo, além de laços de amizade e de relações de troca e ajuda mútua, as duas famílias tornaram-se parentes por meio de casamentos entre si, e continuaram ocupando as duas extremidades da ilha.

A mobilização da Comunidade Quilombola Ilha de São Vicente em torno do direito ao uso e à posse da terra tradicionalmente ocupada levou a uma reflexão coletiva sobre sua identidade. **A relação com o território, suas práticas e os saberes que lhe permitiram viver na ilha por mais de um século foram o ponto de partida.** Esse processo de reflexão sobre a identidade quilombola foi fortalecido pela memória dos mais velhos, quilombolas e aparentados do dono da fazenda de Araguatins, e por registros históricos oficiais. São documentos, tais como: certidões de nascimento e de óbito de quilombolas, bem como informações extraídas do livro intitulado *De São Vicente a Araguatins*, publicado por Leônidas Gomes Duarte, descendente de Vicente Bernardino Gomes, considerado um dos fundadores da cidade. Os escravizados foram levados a Araguatins como pagamento de uma dívida a esse senhor.

Vicente Bernardino Gomes, fazendeiro em Araguatins, enviou um emissário à Carolina, cidade maranhense, para cobrar uma dívida em seu nome. **Por falta de dinheiro do devedor, o emissário recebeu escravizados como pagamento, trazendo-os para Araguatins. De acordo com os relatos, chegaram à fazenda dois casais e seus respectivos filhos.**

Um dos casais era formado por Julião de Barros e Serafina Benedita Batista, que tinham um filho chamado Henrique Julião de Barros. O fazendeiro também tinha um filho chamado Henrique e, para não ter que chamar o escravizado pelo nome do filho, impôs a Henrique Julião de Barros o apelido de Cacete. No grupo de escravizados tinha outro casal, conhecido como 'Os Noronha'.

Quando foram viver na Ilha São Vicente, as duas famílias se estabeleceram em margens opostas do Araguaia. Os chamados *Noronha* foram viver nas proximidades da margem esquerda do rio, onde

atualmente se situa o distrito de São Raimundo, no município Brejo Grande do Araguaia, no sul do atual estado do Pará. Essa família deu origem à comunidade denominada *Os Tapiocas*, também conhecidos como “aqueles que vivem no povoado parente dos *Henriques da Ilha*”.

Recursos e limites da ilha

A relação com o rio é central para a comunidade, pois desde que foram viver na ilha, tem suas moradias estabelecidas na beira do Araguaia, que é de onde retiram recursos para o sustento da vida. O rio sofre variações no nível de suas águas, fenômeno que define duas estações durante o ano, com um período de transição entre ambas. Na chamada estação seca, a fase de pouca chuva, o acesso à água é mais difícil, já que o volume do rio diminui, implicando deslocamentos para perto das margens para que possam fazer plantação. Nesse período são formados vários lagos dispersos pela Ilha. Na estação das chuvas, a comunidade tem mais acesso à água, que é extraída do rio com auxílio de motor movido à gasolina. Durante as inundações provocadas pela *cheia* do Rio Araguaia, somente as partes mais elevadas da ilha, chamadas *torrões*, ficam a descoberto.



Lavagem de objetos e roupas nas águas do Rio Araguaia, no período de cheia.

Foto: Rita Domingues, Abril de 2014

O Araguaia tem várias praias e, próximas a Araguatins estão: a *Praia de São Raimundo*, localizada na Ilha São Vicente, a 6 quilômetros do Porto de Araguatins; a *Praia do Noronha*, que fica na margem esquerda em frente à Ilha; e a *Praia da Ponta*, localizada na extremidade da ilha próxima a Araguatins. Essa é bastante frequentada por moradores e turistas, pela reconhecida beleza do lugar.

É no rio que a comunidade busca o peixe e a água que consomem. Os peixes encontrados no Araguaia são de diversas espécies, como jaú, surubim, piranha, piaui, pintado, mandi, traíra, tambaqui. A água do rio é usada em atividades importantes como a irrigação das plantações e a criação de animais de pequeno porte, como porcos. É também fundamental para a construção de casas de taipa (barro), e o meio que viabiliza a comunicação entre a ilha e a *rua*, modo como se referem às cidades. É necessário atravessar o Rio Araguaia para chegar à Araguatins, onde são feitos pequenos negócios, como compra e venda de farinha. Quando a farinha era feita na comunidade, costumava ser comercializada em Marabá, no Pará, transportada a barco pelos rios Araguaia e Tocantins.

Desde que foram viver na ilha, os quilombolas da margem direita procuram refúgio na outra parte, da margem esquerda, próxima ao sul do Pará. É lá que, no período da cheia, plantam mandioca, arroz, milho, inhame, batata e feijão. O trânsito dos quilombolas entre as



Transporte para se ter acesso à Ilha São Vicente.

Foto de Herbert Levi (maio/2013) e Marcio Catelan (abril/2014), ambos do INCRA

duas áreas é frequente ainda nos dias de hoje, mas recentemente as hortas e roças passaram a ser mais comuns nos lotes das famílias, que cultivam milho, feijão, arroz, pimenta, mandioca e hortaliças. O depoimento do quilombola Senhor Jorlando Ferreira resume alguns aspectos das formas de produção e busca de sustento dessas famílias, mencionando vizinhança com indígenas cuja ocupação era anterior à dos quilombolas:

“O irmão do Tio Pedro veio morar aqui com o sogro e com o pai dele que já tinha feito roça aqui. Ele veio para cá e fez roça nessa área aqui. Então, essa área já foi colocada pelo José Henrique que é o pai do Tio Salvador. Então o filho dele veio colocar roça aqui nessa área até mais ou menos uns dez anos. O Tio Juarez colocava roça aqui! Aí logo depois a gente tinha a roça do Raimundo Noronha que era da família dos Noronhas. Ele já tinha colocado roça, explorou ela quase toda, até chegar no Grotão, que é uns quatro quilômetros. Tudo isso foi colocado de roça e o sítio dele não era próximo do rio igual aos dos outros (...) já era mais próximo da mata, onde ele tinha a casa de farinha próxima ao sítio. E essa área aqui, depois do grotão, era onde eles também utilizavam para caçar e tinha aqui uns pedaços de mato onde não tinha sido explorado, e ele utilizava essa área depois do grotão pra caçar a uns quatro quilômetros depois do rio. E aqui nessa extensão é onde tinha os índios que já moravam aqui. Mais no fundo,



Tipo de moradia existente na comunidade quilombola.
Foto de Hebert Levi, INCRA, Maio de 2013.

aqui com Raimundo Noronha, então aqui já era a roça dele. Aqui é onde ele colocava roça e onde ficavam os indígenas.

O conhecimento sobre a vegetação, como o uso de ervas medicinais e o amplo aproveitamento da palmeira babaçu, para além do coco estritamente, foi adquirido e repassado ao longo das gerações das famílias estabelecidas na ilha, o que mostra a riqueza dos saberes que a comunidade detém, os modos como dispõem dos recursos existentes para a produção da vida.

O coco é usado na produção de azeite ou óleo para fazer sabão e a sua casca aproveitada como combustível em fornos e fogões de barro; das folhas são tecidos balaios e cofos, que são cestos variados que servem como utensílios para diferentes finalidades, como recipiente de medida e para transportar produtos da lavoura, do extrativismo vegetal, da pesca e da caça. A folha da palmeira é também aproveitada na confecção de abanos e esteiras – usadas para forrar o chão, secar o milho e ao sol, fechar portas, janelas e até para cobrir algumas casas. O uso da parte central da folha, chamada de *miolo*, para tecer paredes e coberturas das moradias, requer um conhecimento técnico sofisticado.

Outro subproduto da palmeira do coco babaçu é um fertilizante natural, chamado *paú*, preparado a partir do *miolo* da palmeira, em estado de decomposição durante 4 ou 5 anos, muito usado para adubagem de plantações.



Tronco da palmeira do coco babaçu transformado em paú (adubo).
Foto de Herbert Levi/INCRA, Maio de 2013

Casas derrubadas e incendiadas

Ao longo do tempo, certas condições limitantes para a vida na ilha levaram à busca por melhores oportunidades *na rua*. Apesar da distância indesejada, Araguatins oferece, por exemplo, um melhor acesso à escola, a alguns empregos e tratamentos de saúde. Por isso, muitos quilombolas precisaram viver no continente. A necessidade de trânsito entre a ilha e o continente aumentou, ao longo do tempo, e em decorrência disso alguns quilombolas passaram a viver em Araguatins. **Mas, mesmo esses que migraram, não se afastaram inteiramente do quilombo. Periodicamente visitam os familiares e amigos, participam de festividades tradicionais, e permanecem temporadas de férias na ilha, mantendo seus vínculos com o lugar.**

O senhor Pedro Martins Duarte, de 87 anos, quilombola morador em Araguatins, contou que costumava ir com os pais e irmãos para os festejos que aconteciam no quilombo. A afinidade e o parentesco entre a sua família e a do pai de Sr. Salvador, José Henrique Barros, eram fortalecidos não só nesses festejos, mas na solidariedade: alguns quilombolas moraram na casa de sua família, em Araguatins, para estudar. Naquele tempo, havia muita dificuldade com o transporte para atravessar o Rio Araguaia.



Tipo de transporte para ter acesso a Ilha São Vicente.
Foto de Herbert Levi (maio/2013) e Marcio Catelan (abril/2014),
ambos do INCRA

A comunidade quilombola passou por um momento violento e traumático. Em outubro de 2010, uma ordem de desocupação do lugar, onde várias famílias viviam, foi emitida devido à disputa entre a comunidade e um fazendeiro estabelecido na ilha. Com base em relatos de quilombolas, o conflito entre quilombolas e o fazendeiro começou no ano 2000. *No período que antecedeu o despejo, os quilombolas sofreram ameaças e perseguições por parte desse fazendeiro que alegava ser dono de uma área localizada dentro do território reivindicado pelos quilombolas. O fazendeiro queria sujeitar as famílias a fazer plantações e criar animais apenas com sua autorização.* Os quilombolas resistiram e o fazendeiro buscou regularizar as terras em benefício próprio. A causa foi ganha pelo fazendeiro e o despejo das famílias respaldado com uma liminar emitida por um juiz substituto de Araguatins, sob alegação de que as famílias haviam invadido a área em disputa.

Além da ordem de desocupação, os quilombolas tiveram suas casas derrubadas e queimadas. O relato de outra quilombola, que retornou ao local no dia seguinte à execução da ordem, descreve um pouco da violência: *“Não deu pra pegar nada, daí eu fui embora... Quando cheguei lá em baixo fiquei olhando para cá e vi o fumaceiro... Acabou foi com tudo: com a roça de mandioca, e carregaram nossos porcos do chiqueiro”.*



Casa destruída após o despejo.

Foto cedida pela comunidade quilombola, feitas em 2010, logo após o despejo.

A indignação e o sofrimento levaram a comunidade a reagir e a se mobilizar, reivindicando formalmente seu direito a terra. Ao tomarem conhecimento de que seriam alvos de despejo, alguns quilombolas pediram a ajuda a Pedro Martins Duarte, de 87 anos, descendente de Vicente Bernardino Gomes (senhor considerado fundador de Araguatins relacionado com o estabelecimento dos quilombolas na ilha, após a abolição). O filho de Sr. Pedro foi o advogado que defendeu a comunidade durante o processo.

Algumas semanas após, a ordem de despejo foi anulada e os quilombolas, que se refugiaram na casa de familiares, puderam retornar às suas casas. As famílias voltaram tendo que assumir sozinhas os prejuízos resultantes do derrubamento e do incêndio, como as perdas de animais domésticos e hortas. A relação com o fazendeiro conflitante ainda é tensa, mas a comunidade está organizada e tem recebido apoio para seguir afirmando seu direito de permanecer no território onde se estabeleceu há mais de um século.

Horizonte de mudanças

Quando os quilombolas se estabeleceram na Ilha São Vicente, ainda no século 19, tinham acesso a terra e podiam usufruir de todos os recursos da ilha. As condições de vida ali favoreciam os vínculos de amizade e o parentesco com os quilombolas que viviam na outra margem do Araguaia, *Os Noronha*. Havia fartura: bastante vegetação e animais de diversas espécies, e, por isso, não era necessário definir limites precisos quanto à extensão de sua ocupação na ilha. Faziam roças em áreas extensas, criavam porcos, pescavam, caçavam animais *brabos* e praticavam o extrativismo, satisfatoriamente. Os mais velhos lembram que, na época de seus pais, a família toda trabalhava no plantio do algodão, que era usado na confecção de redes e colchas.

A desocupação forçada, apesar de ter durado pouco mais de trinta dias, repercutiu durante muito tempo na comunidade, causando muitos receios e pressões, impactando sua vida de tal forma que causou a mudança de

práticas produtivas. Atualmente, embora com acesso a determinadas áreas comuns, como as praias, os quilombolas ocupam uma área de apenas 32,574 hectares, onde suas moradias estão localizadas. Ainda plantam milho, mas a plantação de mandioca diminuiu muito e o cultivo passou a se concentrar nas proximidades das casas, em áreas muito reduzidas. A mandioca colhida tem sido para o consumo interno. A comunidade não tem mais casa de forno, por isto não pode fazer farinha; a criação de gado e de porco foi também abandonada, por receio do prejuízo, dos riscos de perder a criação.

Parte do território delimitado e identificado pelo estudo do INCRA foi planejado para ser dividido em lotes, com a finalidade de proporcionar o melhor aproveitamento da área utilizada, seja para o plantio seja para a construção de novas casas. Foram previstos lotes para a construção da sede da associação da comunidade e a de uma capela, bem como foi planejada uma área para a construção de uma escola e de um posto de saúde.

As plantações, em geral, passaram então a ser feitas em lotes individuais, nas cercanias das casas, de acordo com os interesses, condições e disponibilidade das famílias. **Produzem feijão andu, arroz, milho, abóbora, gergelim, quiabo, jiló, inhame, para a própria alimentação. Existe demanda por mais áreas para plantação e processamento dos cultivos. No processo**



Transformação do coco babaçu em carvão feito em cova no chão, a caiera, durante o período de verão.

Fonte: Marcio Catelan e Herbert Levi, INCRA (maio/2013)

de identificação e delimitação do território, a comunidade manifestou interesse de construir nova casa de farinha e também ampliar a área de cultivo de mandioca. Também planejam fazer hortas comunitárias, um viveiro para a produção de mudas e construir um forno comunitário, para fazer carvão com coco babaçu, visando o aumento da produção de óleo que, além do consumo no preparo de alimentos, é usado como combustível alternativo.

Outros projetos são a construção de uma capela e a retomada das festividades que sempre tiveram importância, como a tradição das festas de São José (19/03), Nossa Senhora do Rosário (segundo domingo de outubro) e São Lázaro (17/12), com missa, novena, cantos, e oferta de café e bolo.

Essas festividades que, no dizer de Sr. Salvador, “vem do tronco velho”, além da religiosidade, proporcionam divertimento, com danças e brincadeiras. Os bailes são animados com forró e outros ritmos. Desde o tempo dos mais velhos, as participações nas festividades não se limitavam a ilha, como contou Seu Pedro Barros:

“Nós íamos para Araguatins e passávamos os três dias lá. Em Araguatins, eram nove noites de festa. O pessoal vinha todo o dia, todo o pessoal vinha do Pará para rezar. Aí tinha o último dia da reza, aí que era animado, que era o dia do festejo que juntava mais gente que era o dia das festas. Era bonito”.

As lembranças da violência do despejo deverão diminuir com o passar do tempo. Apesar das perdas, e das transformações rápidas no modo de produzir e de viver, a comunidade teve conquistas recentes, importantes para a sua autonomia, começando pela garantia do direito daqueles que perderam suas casas retornarem para onde viviam. A mobilização comunitária e a consciência da necessidade de afirmação do direito a terra tiveram um seguimento positivo, com a constituição de uma associação que age como representação social e política dos quilombolas e de afirmação da sua identidade, organizando a luta pelos direitos dos quilombolas da ilha.



Barracão da comunidade quilombola.

Foto de Rita Domingues, abril de 2014

Esta narrativa foi elaborada por Maria da Consolação Lucinda a partir do Relatório Antropológico de Reconhecimento e Identificação do Território Quilombola Ilha de São Vicente, Araguatins, Tocantins, de autoria de Rita de Cássia Domingues Lopes, 2015. Outras referências bibliográficas:

ASCOM. “Comunidade da Ilha de São Vicente recebe Certificado de Remanescente de Quilombo”, disponível em <http://secom.to.gov.br/noticia/40696/>, publicado em 14/1/2011, acessado em março de 2017.

LOPES, Rita de Cássia Domingues. “A construção de identidade e o reconhecimento de ser quilombola numa comunidade no norte do estado de Tocantins”. Artigo apresentado na XIV Reunião dos Antropólogos do Norte e Nordeste (ABANNE) & V Reunião Equatorial de Antropologia (REA), realizada no período de 19 a 22 de julho de 2015, Maceió, Alagoas.

Mapeamento Social Como Instrumento de Gestão Territorial Contra o Desmatamento e a Devastação: Processo de Capacitação de Povos e Comunidades Tradicionais: quilombolas da Ilha de São Vicente Araguatins, Tocantins, coordenação geral do projeto, Alfredo Wagner Berno de Almeida, Rosa Elisabeth Acevedo Marin [et al.]. Manaus:UEA Edições, 2014.

Uma palavra da comunidade Ilha São Vicente

As tradições, o culto a Nossa Senhora do Rosário, a santa do congado, a valorização dos nomes Henrique e Maria são marcas mantidas no processo de preservação da memória cultural em várias gerações da nossa comunidade. A referência que temos sobre nossa origem está nos portos em que os navios negreiros atracavam. Somos descendentes da *cultura banto* e herdeiros dos ancestrais que vieram do Maranhão e trazidos, principalmente, de países como Angola, Golfo de Guiné e do Senegal. Também chamados de *negros mina*, em razão de terem embarcado, em sua maioria, na Costa da Mina e Cabo Verde. São informações oriundas de várias pesquisas, muitas das quais, realizadas por jovens-pesquisadores remanescentes (descendentes) de nossa linhagem familiar quilombola. Em 2016, um dos jovens-pesquisadores, Carlos Alberto Barros, investigou a respeito do sobrenome Barros, em famílias que haviam sido escravizadas. Ele descobriu que a rota do tráfico negreiro mais próxima do Maranhão era a do Cabo Verde. E que este país africano tem um expressivo número de famílias Barros; e que também possui uma ilha chamada Ilha de São Vicente com as mesmas características do nosso quilombo. Quem sabe esta pode ser uma pista sobre a nossa origem africana?

Ao longo desses quase dois séculos de luta, a comunidade enfrenta o abandono do poder público e diversas mazelas como: falta de estrutura, pouco acesso a políticas públicas, ausência de escola e posto de saúde. No entanto, nos orgulhamos dos desafios cotidianamente vencidos pela força e determinação das jovens lideranças, que contabilizam 16 estudantes, jovens-pesquisadores remanescentes; todos dos quais cursam suas graduações em universidade pública federal em cursos como: licenciaturas, engenharia florestal, agronomia, análise de sistema, jornalismo, administração e outros.

Um projeto de agroecologia está sendo desenvolvido atualmente na comunidade. Trata-se de atividade financiada e elaborada por meio do edital Eco Forte Extrativismo (do Governo Federal e diferentes instituições da sociedade civil) e executada pela Alternativas para a Pequena Agricultura no Tocantins (APA-TO), uma Organização Não Governamental de assistência técnica para pequenos produtores rurais do nosso estado. O coordenador do projeto é o remanescente Jorlando Ferreira Rocha, que é também da nossa comunidade. Outras ações estão em curso: a criação de uma biblioteca comunitária, o Projeto Federal Luz para Todos e a luta para consolidarmos a titulação de nossas terras, de forma definitiva e imediata.

A nossa determinação está na construção de um futuro melhor para as gerações vindouras do nosso quilombo e o que nos move nesta caminhada é a honra aos nossos ancestrais. Então, homenageamos neste material as mulheres mais idosas de nossa comunidade: Maria Barros Noronha de 89 anos, Domingas Barros Noronha de 87 anos e Vicência Batista Barros de 82 anos. Assim como o tio Salvador de 81 anos, nosso patriarca que nasceu, cresceu e constituiu família em Ilha de São Vicente. Destacamos ainda o orgulho do nome Maria Batista Barros, que está em três das oito gerações da família Barros e o nome Henrique, que também esteve presente em quatro das oito gerações da família Barros.

Palavra elaborada pela remanescente Maria de Fátima Batista Barros - Secretária da Associação Quilombola da Ilha de São Vicente e membra da Articulação Nacional de Quilombo (ANQ). E em diálogo com jovens lideranças da comunidade quilombola Ilha de São Vicente, reunida em 07 de setembro de 2017, e com colaboração de Aline Neves Rodrigues Alves da Equipe Consulta - do Projeto Coleção Terras de Quilombos.

Projeto Formulação de uma Linguagem Pública Sobre Comunidades Quilombolas

PARCERIA	INCRA/CGPCT/NEAD; UFMG/OJB, CERBRAS
COORDENAÇÃO GERAL	Lilian C. B. Gomes, Juarez Rocha Guimarães, Leonardo Avritzer, Rodrigo Ednilson de Jesus
CONCEPÇÃO DE TEXTO, EDIÇÃO FINAL E SUPERVISÃO	Fernanda de Oliveira, Juarez Rocha Guimarães, Rodrigo Ednilson de Jesus
CONSULTA ÀS COMUNIDADES	Aline Neves Rodrigues Alves
ADMINISTRAÇÃO	Agnaldo P. Ferreira Júnior, Danúbia Zanetti, Priscila Z. Martins
MAPAS E FOTOGRAFIAS	Alexander Cambraia N. Vaz
PROJETO GRÁFICO	Paulo Schmidt

L938c Lucinda, Maria da Consolação
Comunidade Quilombola Ilha de São Vicente / Maria da Consolação Lucinda.
- Belo Horizonte: FAFICH, 2017.

16 p. (Terras de quilombos)

Baseado no Relatório técnico de reconhecimento e delimitação do território da Comunidade Quilombola Ilha de São Vicente / de Rita de Cássia Domingues-Lopes.

1. Quilombos. 2. Antropologia. I. Domingues-Lopes, Rita de Cássia. Relatório técnico de reconhecimento e delimitação do território da Comunidade Quilombola Ilha de São Vicente. II. Título. III. Série.

CDD:306

CDU:39

MICHEL TEMER
Presidente da República

ELISEU PADILHA
Ministro da Casa Civil

JEFFERSON CORITEAC
Secretário Especial de Agricultura Familiar
e do Desenvolvimento Agrário

JOSÉ RICARDO RAMOS ROSENO
Secretário Executivo Adjunto

CARLOS EDUARDO OLIVEIRA BOVO
Diretor do Núcleo de Estudos Agrários e
Desenvolvimento Rural - NEAD

JÚLIO BRAGA MANDÚ
Coordenador do Núcleo de Estudos Agrários
e Desenvolvimento Rural - NEAD

LEONARDO GÓES SILVA
Presidente do Instituto Nacional de
Colonização e Reforma Agrária - Incra

ROGÉRIO PAPALARDO ARANTES
Diretor de Ordenamento da Estrutura
Fundiária - Incra

ANTONIO OLIVEIRA SANTOS
Coordenador Geral de Regularização
de Territórios Quilombolas - Incra

GUILHERME MANSUR DIAS
ISABELLE ALLINE LOPES PICELLI
JULIA MARQUES DALLA COSTA
Coordenação Executiva do Projeto

SERVIÇOS QUILOMBOLAS
Apoio técnico – Superintendências do
Incra nos estados

A Coleção Terras de Quilombos

reúne um conjunto de narrativas a respeito da formação, do modo de vida e das lutas travadas por comunidades quilombolas brasileiras para se manter em seus territórios tradicionais. Em cada livreto, uma comunidade quilombola é apresentada em sua singularidade.

Ao todo, a Coleção oferece um panorama da diversidade de trajetórias vividas por ex-escravizados – incluindo por vezes indígenas e grupos em outras situações sociais – para conquistar a sua independência e se estabelecer na terra autonomamente. O fato de terem sido deixados à própria sorte após a Abolição resultou em uma multiplicidade de caminhos percorridos para conseguirem consolidar os seus territórios. Foram muitos os modos como ocuparam as suas terras e distintas as maneiras como formaram as suas comunidades, enfrentando todo tipo de desafios para se relacionarem livremente com seu entorno.

O conceito de quilombo esteve associado ao período da colônia e do império. Com a Abolição, os quilombos deixaram de ser mencionados, como se o fim de quatro séculos de escravidão significasse a garantia de liberdade. No entanto, os quilombolas continuaram e continuam a lutar para reproduzir seus modos de criar, fazer e viver, resistindo às dificuldades, injustiças e preconceções legadas pelo período escravocrata. São essas as histórias narradas nesta Coleção. São histórias do Brasil vistas pelo prisma de quem, com suas tradições, formas de vida, religiosidades e respeito à terra, enriquece o mosaico da sociodiversidade brasileira.

UFMG

CERBRÁS
CENTRO DE ESTUDOS
RURAIS E AMBIENTAIS

IB
CES - AL

Quilombos

INCRA nead

SECRETARIA ESPECIAL DE
AGRICULTURA FAMILIAR E DO
DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

CASA CIVIL

BRASIL
GOVERNOS UNIDOS